



COMUNIDADE



Boletim UNINA
Boletim Unina V. 2, N. 1, 2020

Corpo Editorial
Wilma de Lara Bueno
Eduardo Soncini Miranda

Revisão de Texto
Sônia Maria Packler Huber

Diagramação
Carolyne Eliz de Lima

Instituição
Faculdade Unina

Endereço
Rua Claudio Chatagnier, nº 112, Bacacheri
CEP: 82520-590

Telefone
(41) 3123-9000

Site
<https://www.unina.edu.br/>

Indicação de periodicidade
Semestral

Sumário

EDITORIAL

página 5

COMUNIDADE, UMA EXPERIÊNCIA AINDA POSSÍVEL?

página 6

VIVER EM COMUNIDADE

página 9

O EU E O OUTRO: (RE)PENSANDO O SUJEITO NAS COMUNIDADES

página 11

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UM JEITO DE SER IGREJA E UMA TEOLOGIA SOCIAL E POLÍTICA

página 13

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROFESSORADO

página 15

COMUNIDADE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

página 17

A RESISTÊNCIA MILENAR DOS POVOS INDÍGENAS

página 19

No tempo do isolamento provocado pela Covid 19, as pessoas experimentaram a ausência prolongada dos encontros com familiares e amigos, levando-as a redescobrir o valor das amizades e a presença do outro como referências fundamentais para uma vida com qualidade e harmonia. Para refletir sobre a presença do outro e as possibilidades de convívio entre as pessoas em busca de objetivos comuns, a temática “Comunidade” foi escolhida para guiar a escrita do Segundo Boletim UNINA no sentido de reunir reflexões dos professores e pesquisadores que vivenciaram ou estudaram este assunto.

Assim, com o tema, “Comunidade, uma experiência ainda possível”, a Prof. Wilma de Lara Bueno apresenta o conceito de Comunidade, a partir de autores que tomam a ideia e a colocam no mundo atual, sob diferentes perspectivas, entre o abandono desta prática num mundo fluído de laços e sentimentos duradouros e o desafio da busca desta experiência possível entre pessoas que desejam uma vida boa e com qualidade.

O tema “Viver em comunidade”, particularmente, o desafio de se viver nas Ecovilas, é apresentado pela Prof. Yara Rodrigues de La Iglesia, bem como das condições inerentes a quem se propõe a tal experiência, a qual, como nos afirma a autora exige enfrentar “dragões hipotéticos e explorar caminhos desconhecidos” para um convívio de cooperação e objetivos comuns.

A partir dos conceitos de Bakhtin de que o sujeito se constrói na sua relação com o outro e do lugar que a comunidade ocupa na construção social o Prof. Luis Gabriel em seu texto, “O eu e o outro: (re) pensando os sujeitos nas comunidades” chama atenção para o sentido da vida comunitária e privilegia a população negra, que em tempos da Covid 19 vem sendo alvo de discriminação, daí a urgência das lutas pelas relações humanitárias.

O Prof. João Ferreira Santiago, em “Comunida-

des Eclesiais de Base: um jeito de ser Igreja e uma Teologia Social e Política”, escreve sobre as CEBs, criadas no final da década de 1960 em prol dos povos da América Latina e que com o passar dos anos mantiveram seu ideário de luta e partilha de uma Igreja atuante, incorporando os propósitos da Teologia Pública vinculada aos desafios em diferentes ambientes.

Em “Comunidade de aprendizagem docente: contribuição para o professorado”, o Prof. Guilherme Natan nos mostra que também no ambiente acadêmico ou escolar é possível constatar a presença de organizações comunitárias em que as ações coletivas em prol do ensinar, compreender e aprender integram o cotidiano docente, aproximando profissionais em busca de objetivos comuns.

O Prof. Gilson Brun com o tema “Comunidades e envelhecimento saudável” aborda a preocupação com os idosos que se situam em uma camada social que será crescente em nosso país e no mundo nas próximas décadas e defende a necessidade de se oferecer em espaços públicos e privados atividades variadas para que esse público mantenha sua autonomia, independência e integridade social.

Em “A resistência milenar dos povos indígenas” o Prof. Eduardo Miranda, evidencia o quanto essas comunidades vêm sendo dizimadas desde a chegada do colonizador no século XVI com inúmeras doenças contraídas no contato com o outro o que também permanece nos tempos atuais, momento em que muitos perderam a vida pela Covid 19.

Além destas contribuições reflexivas dentro da temática comunidade o segundo número do Boletim UNINA também fornece informações sobre suas atividades acadêmicas e sobre os eventos que ocorrerão neste semestre. Enfim, desejamos a você uma boa leitura e esperamos que a presente edição seja de auxílio para o alargamento de seus conhecimentos.

Prof^a. Dra. Wilma de Lara Bueno
Prof. Dr. Eduardo Soncini Miranda



Comunidade, uma experiência ainda possível?

Nos dias atuais, a vida da população mundial tem sido tragicamente marcada pela Covid-19. Vivemos um tempo difícil, de muitas mudanças e incertezas. Os últimos meses, deste longo período da pandemia, para muitas pessoas têm se caracterizado por solidão, vida online, higienização intensiva, afazeres domésticos, medo. Talvez, neste tempo, muitas pessoas reconheçam a fragilidade humana e algumas experimentem sentimentos diversos e recordem com saudades os encontros com amigos e colegas nos ambientes de trabalho e de lazer. Nestes momentos, quiçá venham a refletir sobre as possibilidades de se viver permanentemente na solidão ou se considerar as benesses de se ter uma vida integrada a um grupo ou comunidade. O propósito deste texto é refletir um pouquinho sobre o que vem a ser a vida em comunidade.

Pode ser que o senso comum associe o conceito de comunidade às atividades de um trabalho social, também às relacionadas às práticas religiosas, ou às organizações

comunitárias de diferentes grupos étnicos. Consultando os dicionários, o termo tem vários significados, alguns relacionados aos espaços geográficos, por exemplo, as comunidades rurais, as ribeirinhas, as dos povos indígenas, entre outras. No entanto, acontecimentos dos dias atuais, como os constantes movimentos migratórios de vários povos e os aparentes desenraizamentos, levam-nos a repensar as concepções mais clássicas sobre o que vem a ser o viver em comunidade.

Cientistas sociais, filósofos, historiadores preocupam-se em tomar este conceito e situá-lo nas sociedades atuais. Richard Sennett, em sua obra “Juntos” (2012), traça uma longa e profunda trajetória no sentido de chamar a atenção do leitor para um conjunto de interferências que atuam na construção da comunidade, a começar pelo compromisso e acordos que devem existir entre os pares para a conservação e continuidade da vida coletiva. A capa do seu livro que trata do assunto traz uma fotografia de seis tra-

balhadores que se ocupam da construção da escada de um imóvel e evidencia a concentração primorosa de cada um, em sua ocupação individual, ao mesmo tempo em que revela o alcance dos esforços conjuntos na finalização da construção, o que pode ser visualizado como uma autêntica obra de arte. A imagem está para articular o conceito e refletir sobre a relação entre o individual e o coletivo – esferas imprescindíveis para o viver em comunidade. Nessa perspectiva, o historiador relembra este aspecto nas oficinas medievais em que o valor de um trabalho artesanal era compartilhado entre mestres e aprendizes e se revertia em uma obra de arte, com um público atento aos talentos empregados em sua execução. Ou seja, para o autor, o artista e a obra se tornavam uma unidade inseparável e existia um contexto circundante que sugeria acordos entre os integrantes sobre o que era reconhecido e legitimado pelos pares.

Para Sennett, esta relação entre autor, obra e comunidade se rompeu com a modernidade, uma vez que a competição veio a se pronunciar mais alto do que a cooperação, bloqueando este último aspecto que seria a condição indispensável para o viver em comunidade. Sennett enumera as experiências significativas que ocorreram nos Estados Unidos, país que agrega etnias diversas em distintos períodos da história, desde as comunidades religiosas fundadas por Dorothy Day (1897-1980), às idealizadas por A.D. Gordon (1856-1922) e Norman Thomas (1884- 1968). Cada uma dessas comunidades, com perfil próprio, algumas com base nas relações dialógicas em que as pessoas têm opiniões diversas e nem sempre se encaminham para as mesmas conclusões; outras com versões mais dialéticas, com tendências mais homogêneas em seus propósitos finais. Enfim, o autor nos leva a pensar que a vida em comunidade tem uma exigência particular de doação, o que se po-

deria colocar como vocação, a qual remete para uma entrega pessoal muito além da partilha.

Para Zigmunt Bauman, em sua obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (2003), o sentido de viver nesse tipo de organização social, nos dias atuais, caminha para o esquecimento, uma vez que as interferências da modernidade liquefazem todos os tipos de relações humanas. De acordo com o pensamento do filósofo polonês, entende-se que as comunidades, em nossos dias, soam como coisas do passado, uma vez que elas se baseavam em relações estáveis e duradouras, o que não combina com a dinâmica e rapidez das exigências do “ser moderno” da atualidade. Nos antigos “círculos aconchegantes”, as lealdades humanas eram oferecidas, esperadas e os integrantes não precisavam provar suas atitudes e, independentemente do que tivessem realizado, poderiam encontrar acolhimento e ajuda entre seus pares. Ou seja, a firmeza e os propósitos que acompanhavam os indivíduos e os integrava às coletividades foram rompidos com as relações instáveis nas famílias, no trabalho e nos demais grupos que antes faziam parte da vida em sociedade. Segundo o autor, não é mais possível resgatar o sentido de uma vida comunitária bem tecida, a qual muitas vezes era o resultado de biografias individuais construídas e compartilhadas por um longo tempo de existência, permeada de interações frequentes e intensas, de tal modo que seus integrantes deixavam suas marcas para gerações futuras: “Foi-se a certeza de que nos veremos outra vez, de que nos encontraremos repetidamente por um longo porvir.” (BAUMAN, 2003, p. 47).

É interessante refletir sobre esta temática, na perspectiva desses autores, porque, como foi afirmado no início deste texto, estamos experimentando um tempo de mudanças sucessivas, muitas das quais relutamos em

aceitar; em algumas nos encontramos sem condições de oferecer resistência, em razão da velocidade que nos empurra para um futuro que não imaginamos como será. Quem já viveu uma experiência comunitária sabe o quanto ela é preciosa, realizadora e prazerosa, porém não isenta de conflitos, porque eles fazem parte da condição humana.

Richard Sennett revela-se defensor desta ideia, ou seja, da reunião de pessoas diversas, mas com propósitos comuns, e sugere uma trilogia para definir o que sustenta uma vida de boa qualidade: amor, trabalho e comunidade. E afirma: “Gostaríamos de imaginar a comunidade [...] como um processo de chegada ao mundo, um processo no qual as pessoas resolvam não só a ques-

tão do valor das relações pessoais diretas, mas também a dos limites dessas relações” (SENNETT, 2012, p. 328). Vale ressaltar ainda que esse autor toma o propósito de pensar a vida comunitária num tempo em que as cidades estão sendo esvaziadas dos seus fundamentos originais – que seria a convivência da diversidade, do multiculturalismo – o que exige dos seres humanos as habilidades de conviver com a complexidade das relações humanas: “Estamos perdendo as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa.” (SENNETT, 2012, p. 20).

Wilma de Lara Bueno

***Doutora em História, Professora e
Coordenadora da Pesquisa e Extensão
da Faculdade Unina.***

REFERÊNCIAS:

- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SCOTT, John (org.). *Dicionário de Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.



Viver em comunidade

Ao longo de muitos anos, a humanidade viveu em comunidades sustentáveis em contato íntimo com a natureza, onde imperava uma estrutura social de apoio mútuo e cooperação. Apesar de, atualmente, a cultura moderna valorizar em excesso o individualismo, a competição, a violência, o poder, o controle e a desconfiança, essas experiências ainda estão presentes em diversas partes do mundo. Assim, tematizar essa grande rede de ações e partilha pode render uma interessante reflexão.

Parte-se do pressuposto de que, para refletir sobre a vida em comunidade, é necessário ter a ousadia de duvidar das próprias certezas. Nas palavras de Morin, “é nas certezas, que se encontram as piores ilusões” (2001, p. 8). Portanto, desconfiar das próprias certezas mobiliza a busca por outras realidades. Isso porque são os questionamentos que dão sentido à vida, são as dúvidas que abrem o caminho ilimitado a novas possibilidades.

Contestar um estilo de vida voltado ao consumo e à produção/acúmulo de riquezas é abrir-se para refletir sobre as próprias certezas. É poder questionar a própria ideia de realidade e, novamente recorrendo a Morin, “nossa realidade não é outra senão nossa ideia da realidade” (2001, p. 7). Tal tese também é defendida pela Gestalt, psicologia da forma, que parte do pressuposto de que, para se compreender as partes, é preciso, antes, compreender o todo.

Compreender o todo é deixar de acreditar em que “hic sunt dracones¹”, como nas práticas medievais, em que as regiões inexploradas eram representadas nos mapas por uma legenda ilustrada com dragões, monstros marinhos e outras criaturas mitológicas, significando um território inexplorado e perigoso. O desconhecido era perigoso.

Viver em comunidade é ousar enfrentar os dragões hipotéticos e explorar caminhos

desconhecidos. É acreditar que as pautas de sustentabilidade podem tornar-se realidade, que o equilíbrio, a não violência e a cooperação são possíveis e viáveis. As comunidades sustentáveis (Ecovilas) sugerem a ideia de um modelo prático de como viver em harmonia consigo mesmo, com os demais e com o mundo que nos rodeia. Um estilo de vida ecologicamente sustentável, de íntima “relação, inter-relação de todas as coisas existentes, viventes ou não, entre si e com tudo o que existe, real ou potencial” (BOFF, 1993, p. 15).

Cada Ecovila possui uma realidade distinta da outra, tornando-a um tipo de assentamento humano bastante peculiar. Não raro, sobrevoa o pensamento romântico de que viver em uma Ecovila é viver longe dos conflitos. Porém, o que se verifica na realidade é que viver em uma Ecovila nada mais é do que enfrentar os dragões e aprender a lidar com a sua própria individualidade, competitividade, viver junto, relacionar-se, gerenciar os conflitos. É aprender a viver consigo mesmo, com o outro e com mundo ao redor.

Viver em comunidade exige uma visão esperançosa do ser humano, acreditando-se em

que o mesmo altruísmo social que levou homens e mulheres a cuidar-se uns aos outros, e especialmente às crianças, através dos séculos, ainda está presente em nossos genes. É fundamental apoiar-se em investigadores que apresentam a ideia de seres humanos como uma espécie afetuosa, cuidadora e solidária. Pessoas as quais reconheçam nos homens e mulheres a capacidade de cuidar, proteger e reproduzir a vida mediante um conjunto de sentimentos, comportamentos e representações que constituem o amor (MATURANA, 1998).

Foi em 1993, quando me abri à possibilidade de duvidar da minha própria realidade e enfrentar meus dragões, que, pela primeira vez, senti-me parte de uma rede humana mais ampla, em que cada um era responsável por si mesmo e pelo outro. Foi quando aprendi a ter um respeito imenso pela natureza e pelo modo de vida compartilhado. Lá, o tempo passava diferente. E a mim aqueles anos ensinaram que existem outras realidades e, talvez, sejam elas que permitam à humanidade sobreviver como espécie.

Yara Rodrigues de La Iglesia

***Doutora em Psicologia da Educação.
Professora da Faculdade Unina.***

REFERÊNCIAS:

- BOFF, Leonardo. *Ecologia Mundialização Espiritualidade*. São Paulo: Ática S.A., 1993.
MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.



O eu e o outro: (re)pensando o sujeito nas comunidades

Ao longo da vida, vamos ocupando diferentes espaços e vivendo diferentes acontecimentos sociais e históricos. Esse emaranhado de macros e micros acontecimentos, em diferentes espaço-tempo, vão nos constituindo como sujeitos únicos e inacabados.

A todo momento, essas interações sociais vão nos transformando, por meio da linguagem, a cada dia e a cada nova vivência; ocupamos novos espaços, somos interpelados por novos discursos, adquirimos novas formas de ver/se portar no mundo.

Já na década de 1920, Bakhtin trazia a concepção de que o sujeito se constitui socialmente, isto é, para o autor (1997 [1963]) nos constituímos como sujeito social a partir da relação de um eu com um tu. Ele ressalta a importância do outro nessa subjetividade de constituição do sujeito.

Na perspectiva bakhtiniana, o sujeito não é

alguém “unitário, centrado e fixo”, como visto no princípio kantiano. O sujeito está em constante processo de acabamento e é na relação com o outro que ele também se completa (SILVEIRA et al, 2012). A forma como o outro me enxerga, considerando-se a posição que ele ocupa — marcada por uma construção sócio-histórica única — pode fazer de mim um sujeito diferente daquele marcado na minha perspectiva. Nesse sentido, uma mulher, por exemplo, pode ser vista individualmente como mãe, solteira, divorciada, viúva etc., ou a partir de seu grupo social, como uma professora, uma militante etc.; dependendo de quem a vê, ela vai ser constituída como diferente sujeito, por diferentes lentes.

Isto posto, os grupos sociais a que pertencemos, aqui chamaremos como comunidade, também vão nos constituir como sujeitos e marcar nosso lugar no mundo social. A importância de se reconhecer como integrante

de um grupo social o qual você ocupa é foco deste texto.

Em 2020 (tempo da escrita deste texto), vivemos diferentes enfrentamentos diante de contextos sócio-históricos que marcarão este período, como, por exemplo, a pandemia e a luta antirracista. A depender do lugar que ocupamos, isto é, a que comunidade pertencemos, diversos são os discursos a respeito de racismo e pandemia.

Há quem ocupe o lugar de professor e discursive a respeito da educação remota, concordando ou não com ela; alunos, na posição marcada de alunos também concordando ou não com ela. Os profissionais de saúde foram constituídos socialmente como heróis por atuarem na linha de frente no combate à doença Covid-19, ainda que, inicialmente, atrelassem profissionais da saúde restritamente a médicos, fator este que podemos relacionar à posição de prestígio social e profissional desses sujeitos. Enfim, diversos foram os macro e micro acontecimentos que marcaram os discursos e os sujeitos desse período.

No entanto, um acontecimento específico trouxe a importância da consciência de pertencimento a uma comunidade/grupo social.

A população negra ganhou destaque, principalmente pelo combate aos discursos e ações racistas estruturais. Diversas manifestações aconteceram no mundo, reforçando a luta de uma comunidade que se reconhece marcada por uma construção sócio-histórica discriminatória e que luta há séculos contra as lentes opressoras e racistas, isto é, contra as constituições de sujeitos inferiores ou marginalizados que determinaram a eles a sua ocupação social ao longo do tempo.

Nesse sentido, para encerrar as considerações deste texto, proponho a todos nós a reflexão do que é a constituição do sujeito, na perspectiva bakhtiniana, como aquele ser inacabado e que a todo tempo está em constante construção, a fim de que repensemos a posição inferiorizada e marginalizada historicamente imposta aos negros, mas, principalmente, que reavaliemos a forma como constituímos o “outro” em nossas lentes, a fim de sermos mais empáticos, sociais e, realmente, humanos.

Afinal, “Vidas negras importam!”.

Prof. Luis Gabriel Sousa

Mestrando em Estudos de Linguagem (UTFPR), Professor e Coordenador de curso da Faculdade Unina.

REFERÊNCIAS:

- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1963].
- RODRIGUES, Rosângela; ROHLING, Nívea. SILVEIRA, Ana Paula K. da. *A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos de letramento*: glossário para leitores iniciantes. Florianópolis: DIOESC, 2012. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.



Comunidades Eclesiais de Base: um jeito de ser Igreja e uma teologia social e política

As Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, — como são conhecidas na Igreja Católica —, a partir de seu surgimento, na América Latina, no final da década de sessenta do século XX, são inspiradas em dois textos bíblicos fundamentalmente, a saber: At 2, 42-47; Lc 24, 13-35. Esses dois textos, apesar de existirem inúmeros outros, inclusive no Primeiro Testamento, serão suficientes para esta reflexão, neste espaço. Neles encontramos a identidade, a teologia e o lugar das CEBs como comunidades e escola de formação de discípulos(as), missionários(as), seguidores(as) de Jesus de Nazaré. Por isso, as CEBs não são uma pastoral, nem um grupo de oração, tampouco um movimento dentro da Igreja. As CEBs são um jeito de ser Igreja, inserida no meio do povo, que caminha com ele, sente as suas dores, ouve os seus clamores e com ele luta pela sua libertação. É o jeito de ser Igreja do caminho, da casa, da mesa, do pão e da Palavra, partilhados.

A identidade das CEBs está nas relações horizontais. Até pode haver hierarquia, mas,

nas palavras do teólogo Clodovis Boff, ela está como um torrão de açúcar na xícara de café: sente-se o seu sabor, mas não é possível vê-la. São fecundadas pelo grande Pentecostes da Igreja no mundo contemporâneo — o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) —, nascidas e batizadas na Conferência Episcopal de Medellín (1968), o que já nos diz muito sobre a sua teologia e o seu lugar.

A década de sessenta do século passado foi marcada por grande fome em nosso continente. Aliás, por diversas formas de fome: de comida, de democracia, de direitos, de liberdade, de dignidade e de vida plena. Isso nos remete aos nossos antepassados, ancestrais e pais e mães na fé. Foi a luta para vencer a fome que, conforme o teólogo e pastor luterano, Milton Schwantes, refletindo a partir do livro do Gênesis e do Deuteronômio, levou nossos ancestrais a caminhar. “A fome leva Sara e Abraão ao Egito (12,10), Isaac e Rebeca a Gerar (26, 1), Jacó e sua família ao Egito (41, 53-57; 43, 1; 47, 4; Deuteronômio 26, 5) (SCHWANTES, 2012, p. 71).

As fomes que escravizavam o povo de Deus em todo o continente latino-americano levaram as CEBs ao reencontro com uma Teologia Libertadora na Igreja. A fazerem do lugar do pobre, do oprimido, para trazer presente a linguagem freireana, o seu lugar teológico. A forjar a sua identidade política e social. Assim, com grande contribuição do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – CEBI – na década seguinte, com Círculos Bíblicos e com a metodologia da Leitura Popular da Bíblia, sobretudo com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a palavra se fez gente. E nos fez mais gente.

A partir de 1975, em Vitória no Espírito Santo, as CEBs começam a organizar os Encontros Intereclesiais. O primeiro teve como tema “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”. Esta se tornou uma marca e faz parte também da identidade das CEBs: propor temas que normalmente não cabem na pauta da Igreja clericalizada e sacramentalista. Assim, as CEBs deram vez às vozes das juventudes; das mulheres; das Comunidades e Povos Tradicionais; das Religiões de Matriz Africana; aos leigos e às leigas; aos pobres, por fim. A dicotomia entre a fé e a vida, entre a Palavra e a vida, entre a Igreja e a Socieda-

de, apesar de resistir, alimentada pelo forte clericalismo que desvia o povo do caminho de libertação, afastando-o da Palavra, não se sustenta mais. Hoje, as CEBs vivem momentos de urgências, como atualizar os as novas hermenêuticas que propõem uma Teologia Pública. Esta, por sua vez, poderá ter o valor de uma vacina para dois vírus que ameaçam a saúde das CEBs: o ativismo espontaneísta e o comodismo clericalizante.

Concluindo esta reflexão, vejamos o que diz o teólogo suíço Rudolf von Sinner, que poderá contribuir muito com as CEBs neste momento de contradições: “O teólogo católico, também norte-americano, David Tracy falou de diferentes públicos da teologia: a sociedade, a academia e a igreja, e foram sendo acrescentados outros públicos por outros autores, como a economia e a mídia” (SINNER, 2007, p. 43). A academia, a economia e a mídia são três grandes desafios dos quais as CEBs não podem fugir. Ainda, mas não por último, podemos dizer o mesmo sobre a ecologia.

João Ferreira Santiago

**Mestre em Teologia.
Professor da Faculdade Unina.**

REFERÊNCIAS:

- Bíblia Sagrada. Tradução Ecumênica da Bíblia. TEB. São Paulo: Loyola, 1994.
SINNER, Rudolf Von. *Confiança e Convivência: Reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo-RS: Sinodal, 2007.
SCHWANTES, Milton. *História de Israel*. v. 1. São Leopoldo: Oikos, 4ª ed. 2012.



Comunidades de aprendizagem docente: contribuições para o professorado

Ser professor é uma atividade que exige mais do que apenas o domínio do conteúdo a ser ministrado. Além desse conhecimento, “é preciso ter boas doses de responsabilidade e envolvimento emocional” (MENEZES, 2011, p. 82).

Partindo dessa premissa, entende-se que a responsabilidade docente implicaria, entre outros, o fato de fazer com que o conteúdo ministrado fosse realmente aprendido pelo estudante, o que não é tarefa simples, já que envolve a adequação contínua do método de ensino empregado. Isso porque a atual geração não aprende da mesma forma que as do século anterior (BACICH et al., 2015), o que leva a crer que as gerações futuras provavelmente não aprenderão como as de agora.

Ademais, no campo das emoções, professores e professoras precisam lidar com adversidades que diretamente incidem sobre sua condição emocional. A esse respeito, Pereira, Silva e Luccas (2019) destacam que geralmente o trabalho docente é marcado por baixos salários, escassez de materiais e recursos didáticos, além de carga horária ex-

cessiva e exigência elevada de trabalho.

Percebe-se, assim, que a função docente se caracteriza como uma atividade complexa, e é justamente por essa complexidade que não deve ser desenvolvida exclusivamente de forma individual, e sim coletivamente pelo professorado.

Uma comunidade é definida como um grupo de pessoas que estão envolvidas em um determinado tipo de trabalho e ligadas a um objetivo comum (COCHRAN-SMITH;LITHE, 2002). Nessa perspectiva, direcionando ao contexto educacional, as Comunidades de Aprendizagem Docente apresentam-se como “configurações intelectuais, sociais e organizacionais que apoiam o crescimento profissional contínuo dos professores, possibilitando oportunidades para estes pensarem [...] sobre seu trabalho diário [...]” (CRECCI; FIORENTINI, 2018, p. 5). Nesse contexto, Wenger (2001) aponta que existem três aspectos básicos que caracterizam essas comunidades: o compromisso mútuo, a prática conjunta e o interesse comum.

O compromisso mútuo incorre na participação conjunta de reflexão e investigação sobre a prática de ensinar. Assim, ao participarem das comunidades de aprendizagem, professores podem tematizar as próprias práticas, compartilhando ações de sucesso e insucesso, e refletindo com mais profundidade sobre a necessidade ou não de uma mudança mais significativa sobre o que se faz em sala de aula.

A prática conjunta insere-se no que diz respeito à coletividade das ações, ao engajamento de todos os componentes da comunidade. Não é suficiente apenas a participação, mas o partilhar e ouvir opiniões, não com o intuito de se chegar a um veredito definitivo, mas de aprofundar cada vez mais o que está sendo debatido.

O interesse em comum é a base de uma Comunidade de Aprendizagem Docente, uma vez que é ela que norteia todas as discussões e atividades do grupo, dando-lhe um foco

central. Dessa forma, mesmo que existam divergências entre ideias e concepções dos participantes, o objetivo do grupo deve sempre se manter em primeiro plano.

As Comunidades de Aprendizagem Docente não se resumem ao que foi apontado neste texto. Existem outras ações sistematizadas que as configuram. Contudo, em virtude das particularidades que envolvem a função docente, destaca-se a relevância de essa atividade ser desenvolvida coletivamente, e é justamente nesse sentido de coletividade, por meio da troca de aprendizados e desenvolvimento mútuo, que as Comunidades de Aprendizagem Docente podem vir a contribuir positivamente para o professorado.

Guilherme Natan Paiano dos Santos

Mestrando em Educação e Novas Tecnologias e graduado em Educação Física. Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Unina.

REFERÊNCIAS:

- COCHRAN-SMITH, M.; LYTLE, S. L. Teacher Learning Communities. In: Encyclopedia of Education. 2nd Edition. J. Guthrie (ed.). New York: Macmillan, 2002.
- BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Penso Editora, 2015.
- CRECCI, Vanessa Moreira.; FIORENTINI, Dario. *Desenvolvimento Profissional em Comunidades de Aprendizagem Docente*. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 34 , 2018.
- MENEZES, Luis Carlos. A escola dos últimos 25 anos. In REVISTA NOVA ESCOLA. e. 239, p. 146, janeiro/fevereiro, 2011.
- PEREIRA, Betariz Carolina.; SILVA, Daniele Lima da. LUCAS, Marcia Regina Zemella. Síndrome de burnout: o adoecimento do professor. Revista Científica UMC. Mogi das Cruzes, edição especial PIBIC, out. 2019.
- WENGER, E. *Comunidades de prática: aprendizagem, significado e identidade*. Barcelona: Paidós, 2001.



Comunidade e Envelhecimento Saudável

Muito se fala a respeito do envelhecimento populacional. Esse é um fenômeno mundial que apresenta uma série de alterações epidemiológicas, políticas, econômicas e sociais.

Segundo a World Health Organization (OMS), ser idoso corresponde à classificação cronológica etária daquele que, nos países em desenvolvimento, possui 60 anos ou mais, e, nos países desenvolvidos, mais de 65 anos (2002). No Brasil, segundo a projeção do IBGE, em 2031, o número de idosos (43,2 milhões) vai superar pela primeira vez o número de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (42,3 milhões). Ademais, em 2042, a população brasileira será de 232,5 milhões de habitantes, com 57 milhões de idosos (24,5%), o que evidencia a necessidade de o envelhecimento ser encarado com seriedade e de forma prioritária tanto pelos governantes como pela sociedade civil.

Em relação à idade cronológica, há que se

ressaltar que ela pode estar associada a uma divisão formal e simbólica e que, por vezes, não leva em consideração os aspectos biológicos e funcionais. O envelhecimento individual é resultado do estilo de vida, conjunto de hábitos e costumes, que são influenciados, modificados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de socialização e que foram vivenciados até essa fase, com exceção dos indivíduos que apresentam alguma Doença Crônica não Transmissível (CORDEIRO, 2015).

Frente a isso, cuidar da mente também é imprescindível. Nesse sentido, a participação em atividades comunitárias exerce importante papel, já que, em grupos, os idosos compartilham suas emoções, trocam experiências, participam de oficinas, viajam, aprendem técnicas como relaxamento, além de diversas atividades, como artesanato, dança e outras atividades físicas, que colaboram para a melhoria da qualidade de vida.

A participação em grupos, não raro, favorece mudanças no estilo de vida, pois neles são realizadas atividades culturais, intelectuais, físicas, manuais, artísticas, de lazer e convívio grupal (BENEDETTI et al, 2012), possibilitando ao idoso o resgate ou manutenção da sua autonomia, desenvolvendo meios para viver de forma digna dentro de um parâmetro considerado saudável.

Dessa forma, fica evidente a importância da participação em programas que utilizem ambientes urbanos acessíveis e receptivos à população idosa - como, por exemplo, naqueles propostos nas Universidades Abertas para a Terceira Idade (UnATI) -, respeitando as diferentes capacidades e necessidades

individuais. Esses programas podem contribuir muito na qualidade de vida do idoso, a qual influencia diretamente o bem estar e a autoestima, fatores relacionados à saúde física, mental, lazer e hábitos saudáveis (CORDEIRO, 2015).

Assim sendo, enfatiza-se a necessidade de espaços públicos e privados especializados, os quais permitam o desenvolvimento da prática da autonomia e da independência, habilidades fundamentais para a manutenção da vida com qualidade.

Gilson Brun

Doutorando em Educação e graduado em Educação Física. Professor tutor Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Unina.

REFERÊNCIAS:

- WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Active ageing: A policy framework. World Health Organization, 2002.
- CORDEIRO, M. M. *Ver-se como imagem*. Beleza e estilo de vida. *Mídia e Cotidiano*, 6(6), pp.215-228, 2015
- BENEDETTI, T. R. B., MAZO, G. Z., BORGES, L. J. Condições de saúde e nível de atividade física em idosos participantes e não participantes de grupos de convivência de Florianópolis. *Ciência & Saúde Coletiva*.17(8): 2087- 2093, 2012



A resistência milenar dos povos indígenas

“Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra”

(Davi Kopenawa Yanomami)

A Antropologia nos ensinou: há anos, nós, brasileiros, morremos dessas epidemias. Em maio de 2020, O Brasil atingiu a terrível marca de ser o segundo país no mundo com o maior número de casos confirmados da Covid-19, atrás dos Estados Unidos. Com maior vulnerabilidade a doenças infectocontagiosas e dependentes de um subsistema médico que apresenta limitações, os indígenas brasileiros estão expostos a mais um genocídio.

A cultura brasileira não celebra um(a) único(a) herói(ina) Indígena, nem mesmo o Temiminó Arariboia, que nos salvou dos Franceses em 1567, nem o Potiguar Felipe Camarão, o qual resistiu aos holandeses em 1649, nem o Xavante Mário Juruna, que lutou no Congresso Nacional, nem os gigan-

tes contemporâneos Krenak e Raoni. Coube agora, em tempos recentes, ao “cacique” Raoni defender o Brasil internacionalmente dos ataques do governo brasileiro. Nem mesmo o Tibiriçá, que salvou São Paulo em 1562! São Paulo hoje é o foco da epidemia.

Nunca saberemos ao certo quantos indígenas o Brasil tinha antes da invasão do europeu. Estima-se que mais de 8 milhões. Desse total, 5 milhões estavam na Amazônia (incluindo áreas da floresta hoje pertencentes ao Peru, Equador e outros países. (RIBEIRO, 1970). À época, Portugal tinha pouco mais de 1 milhão de habitantes; a Europa, cerca de 80 milhões; a América toda, 60 milhões.

Segundo Darcy Ribeiro, vírus não são novidades no extermínio de pessoas no nosso país. “Armas biológicas, como os vírus da varíola e do sarampo, foram utilizadas no Brasil no século 19 para exterminar os índios” (RIBEIRO, 1970, p. 89). Mércio Pereira Gomes, em seu maravilhoso livro “Índios e o Brasil”, descreve o caso dos indígenas Cane-

la Fina, na Vila dos Caxias, no sul do Maranhão, lá por volta de 1816, que receberam de “presente” dos fazendeiros interessados em suas terras, roupas infectadas com o vírus da varíola, levando a um verdadeiro extermínio. Já os imigrantes alemães se valeram do vírus da varíola na luta contra os índios Xokleng e Kaiangang, durante a colonização de Santa Catarina e do Paraná, no final do século XIX: “Os bugreiros, caçadores de índios contratados pelas companhias de colonização, deixavam nas matas roupas com os vírus da varíola e do sarampo” (GOMES, 2000, p. 46).

Ainda em 1847, no livro “Viagem à Província de Goiás”, Auguste de Saint-Hilaire faz importantes referências à guerra bacteriológica contra os índios Botocudos, no vale do Rio Doce. “Em breve, nada mais restará dos antigos povos indígenas que habitavam as terras do Brasil” (HILLARE, 1975, p. 12).

Desde a chegada do homem branco, europeu, mais de mil grupos indígenas foram dizimados no Brasil. De 8 milhões antes do europeu, para pouco mais de 800 mil hoje, resistem heroicamente 305 povos indígenas distintos, com uma variedade de mais de 180 línguas, o que representa cerca de 0,4% da população brasileira, vivendo em todo o território nacional, principalmente em mais de 600 Terras Indígenas e em várias áreas urbanas. Segundo a antropóloga Manuela Car-

neiro da Cunha (2013), em 1993, garimpeiros assassinaram 16 Ianomâmis, um bebê foi morto com um facão! Entre 2003 e 2010, 203 indígenas Guaranis Kaiowas foram assassinados!

Apenas dois artigos da Constituição Federal de 1988 são a base da resistência indígena no Brasil: os artigos 231 e 232 (capítulo VIII. “Dos índios”, no título VIII “Da ordem Social”). Curtos, porém bravos, são a base dos direitos indígenas no Brasil! Desde então, ao contrário do que o senso comum pensa, a população indígena no Brasil vem crescendo, em quantidade e diversidade. De 1988 para cá, a população indígena brasileira quadruplicou!

No mundo, a escala das epidemias ao longo dos anos foi enorme, matando milhões de pessoas. O extermínio dos Povos Indígenas é uma das maiores catástrofes humanas da história, provavelmente excedendo mesmo o desastre da Peste Negra, que dizimou um terço da população da Europa entre 1347 e 1351. Por fim, me pergunto: Haverá alguém para lamentar a morte do último Ianomâmi?

Eduardo Miranda

Doutor em Ciência Política. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Sociais da Faculdade Unina.

REFERÊNCIAS:

- CUNHA, M. Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Editora Companhia das Letras, 2013.
- GOMES, M. P. *Os Índios do Brasil*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 1970

**Cursos de graduação,
pós-graduação e extensão
universitária**

Saiba mais em nosso site:

www.unina.edu.br



**FACULDADE
UNINA**

CURITIBA E REGIÃO:

(41) 3123 9000

DEMAIS LOCALIDADES:

4003-3741

**Rua Claudio Chatagnier, nº 112, Bacacheri • CEP 82520-590
Curitiba/Paraná**